

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI DO
EXECUTIVO Nº 2384/2017.**

Os Vereadores abaixo subscritos, com assento nesta Câmara Municipal de vereadores, apresentam Emenda ao Projeto de Lei do Executivo nº 2384, de 31 de outubro de 2017.

O Art. 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º O Art. 13 da Lei Municipal nº 1388, de 27 de junho de 2005, passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 13 Constituem recursos do RPPS:

I – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos ativos e em disponibilidade remunerada de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição;

II – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos inativos e pensionistas de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 11,00%, incidente sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, sendo que, em relação aos inativos portadores de doenças incapacitantes, assim definidas em lei, a contribuição incidirá sobre o valor da parcela dos proventos que superem o dobro desse limite.

III – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14,06%, a título de alíquota normal, incidente sobre a totalidade da remuneração de

contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, inativos e pensionistas, nos termos dos incisos I e II com aplicação a partir de janeiro de 2018.

§ 7º - adicionalmente à contribuição previdenciária patronal prevista no inciso III, todos os órgãos e poderes do Município, incluindo suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro contribuirão com alíquotas incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas nos termos do inciso I e II, na razão de 17,20% no exercício de 2018; de 20,22% no exercício de 2019; de 23,10% no exercício de 2020; de 24,80% no exercício de 2021; de 26,90% no exercício de 2022; de 28,00% no exercício de 2023; de 29,98% de janeiro de 2024 a dezembro de 2042”.

JUSTIFICATIVA: A emenda justifica-se sanar erro material em data apresentada no texto do Projeto de Lei.

Câmara Municipal de Salto do Jacuí, 27 de novembro de 2017.

JANE ELIZETE FERREIRA MARTINS DA SILVA
PRESIDENTE DA CCJRF – PP

LORENO FEIX
VICE-PRESIDENTE DA CCJRF – PP

GILMAR LOPES DE SOUZA
MEMBRO DA CCJRF – PP